



**A PROVÍNCIA GOIANA OITOCENTISTA SOB
A ÓTICA DOS VIAJANTES ESTRANGEIROS:
uma perspectiva decolonial**

**THE 19TH-CENTURY PROVINCE OF GOIÁS
THROUGH THE EYES OF FOREIGN TRAVELERS:
a decolonial perspective**

Henrique Martins da Silva

Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás (PPGH/UFG).

Docente na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (FE/UFG).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2285-1418>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5271017079943016>

E-mail: henrique.martins.uni@gmail.com

Fernanda Soares Rezende

Doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás (PPGH/UFG). Realiza estágio pós-doutoral na Faculdade de História da UFG, na condição de Pesquisadora Visitante.

Docente na Secretaria Municipal de Educação de Trindade, Goiás.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8364-3970>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3359761971186059>

E-mail: fernanda.soares.ufg@gmail.com

Resumo

O presente artigo analisa as narrativas de viagem produzidas pelos viajantes estrangeiros Johann Emanuel Pohl, George Gardner e Hugh Algernon Weddell acerca da Província de Goiás no século XIX, a partir da perspectiva decolonial. A partir da análise crítica das fontes e com o respectivo tratamento metodológico, utilizamos a análise do discurso, enquanto corrente metodológica da História Cultural. Partimos da perspectiva foucaultiana para interpretar os testemunhos das fontes analisadas e seus olhares que foram lançados sobre a regionalidade brasileira. Do mesmo modo, buscamos promover o entrecruzamento da multiplicidade de olhares sobre a mesma região. A investigação demonstra que os discursos presentes na literatura de viagem foram marcados por referenciais eurocêntricos da modernidade europeia, os quais orientaram interpretações etnocêntricas sobre o sertão brasileiro. Os relatos analisados não só registraram aspectos relacionados à alimentação, às práticas de saúde, ao clima e aos costumes locais, mas também contribuíram para a consolidação de estereótipos acerca da sociedade goiana, posteriormente reproduzidos pela historiografia regional e pelo imaginário social sobre Goiás. Desse modo, ao lançar mão da perspectiva decolonial, o artigo busca problematizar o discurso eurocêntrico presente nessas narrativas, conferindo maior visibilidade às especificidades históricas e socioculturais da regionalidade goiana no Oitocentos.

Palavras-chave: Literatura de viagem; Goiás; oitocentos; decolonialidade.

Abstract

This article analyzes the travel narratives produced by the foreign naturalists Johann Emanuel Pohl, George Gardner, and Hugh Algernon Weddell about the Province of Goiás during the nineteenth century through a decolonial perspective. The research discusses how these travelers observed, described, and contributed to the construction of representations of the

Goian territory and its population, associating them with notions of backwardness, decadence, isolation, and insalubrity. Based on the analysis of travel literature, it is understood that such discourses were strongly influenced by Eurocentrism and by the cultural references of European modernity, which guided ethnocentric perceptions about the Brazilian hinterland. The study demonstrates that the travelers' accounts not only documented aspects related to food, health, climate, customs, and sociability, but also contributed to the consolidation of stereotypes that influenced regional historiography and the construction of the imaginary about Goiás. Thus, by adopting a decolonial perspective, this work seeks to challenge these narratives, questioning the colonial discourses embedded in the sources and giving visibility to the historical experiences of the nineteenth-century Goian population.

Keywords: Travel literature; Goiás; nineteenth century; decoloniality.

Introdução

O Brasil oitocentista se constitui como espaço privilegiado de observação para inúmeros viajantes estrangeiros que, impulsionados pelo expansionismo científico europeu, percorreram o território nacional produzindo relatos acerca da natureza, da população e dos costumes locais. A partir da abertura dos portos e da intensificação das expedições científicas no século XIX, naturalistas, médicos e botânicos europeus passaram a registrar suas impressões sobre as distintas regiões do país, contribuindo para a construção de representações acerca do território brasileiro e de seus habitantes.

Assim, José Carlos Barreiro (2002), em sua obra *Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX*, assinala que o novo quadro histórico inaugurado no final do século XVIII, em virtude tanto do processo de descolonização¹ quanto do rompimento com a metrópole e da formação do Estado nacional, resultou na “redescoberta” e revisitação do Brasil pelos viajantes estrangeiros. Esse movimento se intensificou no século XIX, momento em que a Província de Goiás passou a ocupar lugar significativo nas narrativas de viagem, em razão de sua localização interiorana e das interpretações que a associavam às ideias de sertão, atraso, decadência e isolamento.

Entre os viajantes que percorreram Goiás no decurso do século XIX, se destacam Johann Emanuel Pohl, George Gardner e Hugh Algernon Weddell, cujos relatos exerceram significativa influência na produção de imagens sobre a sociedade goiana oitocentista. Seus

¹ “Como afirmou Fanon, a descolonização é uma dupla operação que inclui tanto o colonizado como o colonizador, embora seja encetada desde a perspectiva e interesses dos *damnés*” (Mignolo, 2007, p. 458). Para Borsani a: “[...] descolonialidade é a resposta necessária tanto às falácias e ficções das promessas de progresso e desenvolvimento que a modernidade contempla, como à violência da colonialidade [...] (Des)colonialidades é um conceito cujo ponto de origem foi o Terceiro Mundo. [...] Apresentando-se como uma opção, o decolonial abre um novo modo de pensar que se desvincula das cronologias construídas pelas novas epistemes ou paradigmas (moderno, pós-moderno, altermoderno, ciência newtoniana, teoria quântica, teoria da relatividade etc.). Não é que as epistemes e os paradigmas estejam alheios ao pensamento decolonial. Não poderiam sê-lo, mas deixaram de ser a referência da legitimidade epistêmica” (Borsani, 2014, p. 13-15).

escritos descreveram aspectos relacionados à alimentação, às práticas de cura, às condições climáticas, aos hábitos culturais e à organização social da província, amiúde interpretados a partir de referenciais eurocêtricos vinculados aos ideais de civilização e progresso difundidos pela modernidade europeia.

Partindo dessas considerações, o presente artigo busca responder ao seguinte problema de pesquisa: de que maneira os relatos de viagem produzidos por Pohl, Gardner e Weddell contribuíram para a construção discursiva de Goiás enquanto espaço marcado pela decadência, atraso e insalubridade no século XIX? Ademais, nossa hipótese reside na compreensão de que as narrativas elaboradas por esses viajantes, fortemente influenciadas pelos referenciais científicos, raciais e civilizatórios europeus, contribuíram para a formulação de representações etnocêntricas acerca da sociedade goiana. Posteriormente disseminadas e legitimadas pela historiografia regional e pelo imaginário social sobre o sertão brasileiro.

O objetivo central de nossa investigação consiste, deste modo, em uma análise acurada dos discursos produzidos por esses viajantes estrangeiros sobre a Província de Goiás, problematizando os mecanismos de construção de alteridades e as representações negativas atribuídas tanto no tocante à população quanto ao território goiano.

Com esse propósito, recorreremos à perspectiva decolonial, particularmente as contribuições de Aníbal Quijano e Walter D. Mignolo, em articulação com a análise do discurso foucaultiano. A partir desse referencial, os relatos de viagem são compreendidos como produções discursivas atravessadas por relações de poder, colonialidade do saber e processos de hierarquização cultural.

A relevância deste artigo reside, portanto, na possibilidade de revisitar criticamente fontes amplamente utilizadas pela historiografia goiana, evidenciando como determinadas interpretações sobre Goiás foram historicamente construídas e propaladas a partir do olhar estrangeiro. Embora a literatura de viagem e a construção imagética do sertão já tenham sido amplamente exploradas pela historiografia, o diferencial desta pesquisa consiste em articular a perspectiva decolonial às narrativas de Pohl, Gardner e Weddell. Problematicando não só o caráter descritivo de seus relatos, mas, , os pressupostos epistemológicos e civilizatórios que orientaram a produção de representações sobre Goiás no decurso do século XIX.

Incursões ao Brasil e as narrativas de viagem

Entre os séculos XVIII e XIX, a política metropolitana portuguesa passou por significativas transformações, em decorrência da criação da Academia Real das Ciências de

Lisboa², instituição responsável por fomentar estudos voltados ao conhecimento da natureza e ao levantamento das potencialidades econômicas do reino e de suas colônias (Novais, 2001). Nesse contexto, podemos destacar as expedições científicas promovidas pela Coroa portuguesa, entre as quais se insere a Viagem Philosophica, empreendida por Alexandre Rodrigues Ferreira³ entre 1783 e 1793. Conforme assinala Belluzzo, “(...) podemos falar de uma primeira missão científica, devidamente organizada por Portugal para o conhecimento exaustivo das riquezas da nação brasileira” (Belluzzo, 1994, p. 49).

Embora as primeiras expedições realizadas, desde os anos iniciais da ocupação portuguesa até as vésperas do século XIX, tenham alcançado relativo êxito no reconhecimento territorial e na coleta de espécimes naturais. Houve uma tímida divulgação de seus resultados em razão das disputas territoriais entre os reinos ibéricos e outras potências europeias. Tal conjuntura contribuiu para que grande parte dessas informações permanecesse sob sigilo da Coroa portuguesa. Ainda que algumas incursões científicas tenham antecedido a chegada de D. João VI ao Brasil, foi a transferência da Família Real portuguesa, em 1808, que conferiu maior impulso às expedições científicas

O século XIX assinalou, portanto, uma redefinição dos interesses portugueses em relação à colônia. A instalação da Corte no Brasil promoveu maior abertura à entrada de estrangeiros, naturalistas, artistas e cientistas europeus, responsáveis por produzir narrativas sobre o território brasileiro. Conforme observam Cruz e Pereira:

Chegara a hora de abrir o território para os viajantes franceses e anglo-saxões, a quem foi entregue a tarefa de “descobrir” o território [...] tinha início a construção do persistente mito historiográfico dos viajantes estrangeiros que “inventaram” o Brasil (Cruz e Pereira, 2012, p. 130).

Nesse cenário, as expedições científicas consolidaram um novo estilo de viagem, iniciadas no século XVIII e findadas no século XIX, difundidas por academias, universidades, sociedades científicas europeias, frequentemente vinculadas aos interesses expansionistas e econômicos dos Estados nacionais. Para Sérgio Buarque de Holanda (1976), os estrangeiros são artífices de um “novo descobrimento”, pois, além disso em que se aventuraram pelos territórios, deixaram importantes documentos e registros para a historiografia e ampliaram o corpus da chamada Literatura de viagem. Segundo Mindlin (1991), esse gênero compreende:

² Criada em Portugal, em 1779, seu objetivo era incentivar a investigação e divulgar a aplicação de novos conhecimentos técnicos e científicos (Almeida, 2016, p. 23).

³ “Alexandre Rodrigues Ferreira formou-se bacharel pela Universidade de Coimbra, em 1778, recebendo meses depois o título de doutor. Sendo assistente e discípulo talentoso de Vandelli, seria ele escolhido para comandar uma viagem filosófica pela América do Sul” (Raminelli, 1998, p. 3).

(...) todos os relatos que deram à Europa uma visão do ‘Novo Mundo’ através de uma experiência própria, informações estas proporcionadas por um deslocamento físico e por um tempo determinado, ou seja, pela viagem (Mindlin, 1991, p. 35).

A literatura de viagem se insere, portanto, no âmbito da denominada “Literatura de testemunhos”, cuja definição engloba os registros orais e escritos, depoimentos, relatos, documentos, entre outros (Salgueiro, 2012). Assim, tais narrativas constituem importantes fontes para a compreensão das realidades históricas locais, não só por registrarem experiências daquele que viu com os seus próprios olhos, mas por revelarem, igualmente, os mecanismos de construção discursiva da alteridade. Conforme argumenta Jeanne Marie Gagnebin (2006):

Testemunha é aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro: não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente (Gagnebin, 2006, p. 57).

Durante as expedições científicas, os viajantes procuravam registrar suas impressões sobre o Brasil por intermédio de pinturas, desenhos e descrições textuais detalhadas. Para muitos naturalistas oitocentistas, a experiência da viagem poderia e deveria ser retratada pela ciência. Assim, como observa Kury (2001): “(...) o cientista que se fez viajante escolheu não só ver com os próprios olhos, mas ouvir e sentir com o próprio corpo os fenômenos lá onde acontecem” (Kury, 2001, p. 879).

Todavia, é necessário considerar que os viajantes e cientistas oitocentistas também atuavam como representantes dos “olhos do império” sobre os territórios que almejavam dominar. Assim, não devemos considerá-los apenas como “curiosos” ou observadores da natureza, mas como sujeitos historicamente inseridos em um contexto marcado pela expansão colonial, pela produção de conhecimentos voltados ao domínio territorial e cultural e pela consolidação da história natural, elementos que impulsionaram as viagens de caráter investigativo. Conforme argumenta Mary Louise Pratt (1999), as narrativas de viagem integravam um projeto de conhecimento profundamente articulado às dinâmicas do imperialismo europeu (Pratt, 1999).

Dessa forma, ao narrar o “outro”, o viajante também projeta elementos de sua própria cultura, valores e referenciais simbólicos. A construção discursiva da alteridade pressupõe, portanto, a existência de um lugar de enunciação a partir do qual o observador interpreta

aquilo que lhe parece estranho ou desconhecido. Tal como nos aponta Lisboa (1997), a percepção do “desconhecido” e do “estrangeiro” pressupõe simultaneamente a afirmação do “próprio”, do “pátrio” e do “eu”. (Lisboa, 1997, p. 46-47).

Sob essa perspectiva, Aníbal Quijano (2005) compreende o eurocentrismo como um padrão epistemológico de poder responsável por produzir representações hierarquizadas acerca das sociedades colonizadas. Segundo o autor, o eurocentrismo opera como um “espelho” que desvirtua aquilo que reflete, naturalizando percepções e interpretações formuladas a partir da hegemonia europeia. Em consequência, os sujeitos colonizados passam a reconhecer a si próprios mediante categorias produzidas pelo olhar colonial. Conforme afirma Quijano:

Aqui a tragédia é que todos fomos conduzidos, sabendo ou não, querendo ou não, a ver e aceitar aquela imagem como nossa e como pertencente unicamente a nós. Dessa maneira, seguimos sendo o que não somos. E como resultado, não podemos nunca identificar nossos verdadeiros problemas, muito menos resolvê-los, a não ser de uma maneira parcial e distorcida (Quijano, 2005, p. 118).

A colonialidade do poder consolidou, neste contexto, mecanismos de classificação social fundamentados na ideia de raça, legitimando a hegemonia europeia sobre as formas de produção cultural, econômica e subjetiva. Inseridos nesse horizonte epistemológico e civilizatório, os viajantes estrangeiros do século XIX interpretaram as sociedades americanas a partir de referenciais marcadamente etnocêntricos.

Sob essa perspectiva, o conceito de etnocentrismo ocupa um papel central na compreensão das representações elaboradas pelos viajantes acerca do Brasil oitocentista, uma vez que compreende: “[...] uma visão de mundo onde o nosso próprio grupo é tomado como centro de tudo e os outros são pensados e sentidos através de nossos valores, nossos modelos e nossas definições sobre o que é a existência” (Rocha, 1994, p. 7).

Dessa forma, a condição de viajante atribui novos sentidos ao elemento observado e posteriormente narrado, uma vez que a realidade percebida é reelaborada a partir do olhar do outro, o qual registra em sua mente, pela lente do seu peculiar modo de observar (RINALDI, 2007). As imagens produzidas pelos estrangeiros possibilitam, portanto, compreender não só as representações construídas acerca do Brasil, mas igualmente os valores e paradigmas europeus que orientaram tais leituras.

Assim, o viajante em suas aventuras carrega consigo o seu “eu”, que se traduz sob a forma de sua cultura, seus signos e significados. E ler um diário de viagem é uma maneira de

conhecer um pouco sobre o modo de olhar de cada viajante, por trás do disfarce que o reveste, das escritas que nos narram sobre a vontade de escrever e como relatar o novo. Assim, os resultados das viagens empreendidas contribuíram significativamente para a História Cultural, para as Artes e para a ciência, além disso em que alimentaram, na Europa oitocentista, o fascínio pelo “outro” e pelas sociedades consideradas “exóticas” ou desconhecidas.

Ao utilizarmos a literatura de viagem como fonte de pesquisa, partimos da compreensão de que tais narrativas reúnem um conjunto de relatos e interpretações cujas informações contribuíram para a sistematização de conhecimentos acerca do Brasil, além de possibilitarem chances de aproximação com o passado. Ainda assim, reconhecemos que a História não pode ser integralmente contada, uma vez que a narrativa é atravessada pelas percepções, experiências e representações construídas pelo sujeito que narra.

Cabe ao historiador, portanto, considerar determinadas prerrogativas no tratamento da literatura de viagem enquanto fonte histórica. A reflexão sobre a História a partir das narrativas produzidas por viajantes estrangeiros configura um processo interpretativo multifacetado, uma vez que tais sujeitos estavam inseridos em universos culturais específicos, imbuídos por interesses, preconceitos e referenciais culturais específicos.

Não obstante, seus os relatos configuram registros fundamentais para a compreensão do Brasil oitocentista, pois evidenciam não só aspectos da sociedade observada, mas igualmente os modos pelos quais o território e a população brasileira foram representados no imaginário europeu. Assim, o viajante, ao entrar em contato com diferentes realidades culturais, elaborava interpretações acerca do outro e, simultaneamente, redefinia sua própria percepção identitária, em uma dinâmica marcada por interações e transformações recíprocas entre sujeito e mundo.

Entre os diversos viajantes que percorreram o território brasileiro no século XIX, apenas oito chegaram à Província de Goiás: os franceses Auguste de Saint-Hilaire e Francis de Laporte Castelnau; os ingleses George Gardner, William John Burchell e Hugh Algernon Weddell; o austríaco Johann Emanuel Pohl; e os alemães Johann Baptist von Spix e Karl Friedrich von Martius (Corrêa, 1997). Conforme destaca Maria Almeida (2016):

Poucos foram os que se aventuraram por estas terras. Entre os motivos [...] podemos enumerar: as distâncias; as péssimas estradas; condições climáticas pouco favoráveis; pouco conhecimento da região até mesmo por seus habitantes; elevado número de povos indígenas; desconhecimento do potencial da fauna, flora e hídrico do Cerrado (Almeida, 2016, p. 31).

Neste trabalho, privilegiamos a análise dos diários de George Gardner⁴, Johann Emanuel Pohl⁵ e Hugh Algernon Weddell⁶, como forma de visualizar e lançar um olhar especializado para a sociedade goiana oitocentista no que tange aspectos fundamentais para a compreensão dessa mesma sociedade. Seus diários de viagem são traduzidos enquanto mananciais de informações, pois apresentam descrições relativas ao ambiente físico, à fauna, à flora, a geografia brasileira e goiana, as enfermidades proeminentes na região, os hábitos da população e às influências atribuídas ao clima⁷ sobre a vida dos habitantes.

É importante ressaltar que, apesar da gradual incorporação dos pressupostos da bacteriologia pelos médicos e higienistas do período, ainda permaneciam interpretações de ordem climática voltadas à explicação da incidência e propagação de determinadas enfermidades (Lima; Hochman, 2004). A preocupação com a interferência do clima e da natureza sobre o desenvolvimento das sociedades foi intensificada, , ao longo do século XVIII, principalmente no que se refere à América. A exemplo de Antonello Gerbi (1996) que, em sua obra *O Novo Mundo: História de uma Polêmica 1750-1900*, demonstra como parte do pensamento iluminista europeu passou a atribuir à América características de inferioridade, degeneração e imaturidade em comparação à Europa.

Autores como Conde de Buffon⁸, Abade Raynal, Thomas Buckle e Hegel representaram um grupo de pensadores cujos ideais defendiam a debilidade da natureza

⁴ George Gardner nasceu em maio de 1812 em Glasgow, na Escócia. Era zoólogo, botânico e médico. Concluiu o curso de medicina em sua cidade natal no ano de 1835, momento em que se interessou pelos estudos botânicos. Durante a sua formação, foi influenciado pelas ideias de seu professor Willian Jackson Hooker (1785-1865) e, posteriormente, tornou-se seu discípulo. “Logo depois de receber o diploma de doutor em Medicina, conseguiu subvenção de quatro museus e vinte botânicos particulares, com a finalidade de coletar material no Brasil, onde se demorou por quase cinco anos (1836-1841)” (Paiva, 1993, p. 77).

⁵ Pohl nasceu em Kamnitz na Bohemia, no dia 22 de fevereiro de 1782. Estudou na Universidade de Praga, tornou-se médico, geólogo e botânico austríaco. Dedicou singular paixão à botânica, de modo que ministrou essa disciplina na Universidade de Praga. Foi conservador do Real e Imperial Gabinete de História Natural do Imperial Museu do Brasil, em Viena. Integrou a Missão Austríaca ao Brasil entre 1817 e 1822, posterior ao casamento da arquiduquesa Maria Leopoldina de Áustria com o príncipe D. Pedro de Alcântara, futuro imperador D. Pedro I (Ferri, 1975).

⁶ Weddell nasceu no dia 22 de junho de 1819 em Painswick, na Inglaterra. Em 1824, sua família decidiu mudar-se para a França, onde tornou-se doutor em medicina em 1841. Mediante seus estudos, desenvolveu um amplo interesse por botânica e familiarizou-se com alguns dos principais botânicos franceses do período, sendo que: “(...) acompanhou Adrien de Jussieu (1797-1853) em numerosas expedições de botânica, foi colaborador de Ernest Cosson (1819-1889) e Jacques Germain de Saint-Pierre (1815-1882) na preparação de *Flore des environs de Paris* (1845)” (Erickson, 2016, tradução nossa). No ano de 1843, uniu-se a Francis de La Porte de Castelneau em sua expedição à América do Sul, tendo percorrido no Brasil os territórios que compreendem, o Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Cidade de Goiás (Ibidem).

⁷ Ver: PEIXOTO, Afrânio. *Clima e saúde*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

⁸ A imagem que Buffon produz da América é evidenciada pela noção de que existe um condicionamento geográfico e climático que limita a sua plena evolução. Assim, considera que: “O selvagem é débil e pequeno nos órgãos da reprodução; não tem pelos nem barba, nem qualquer ardor por sua fêmea: embora mais ligeiro que o europeu (...) é muito menos forte de corpo; é igualmente bem menos sensível e, no entanto, mais crédulo e covarde; não demonstra qualquer vivacidade, qualquer atividade d’alma [...] Prive-o da fome e da sede e terá

americana, , por intermédio dos pequenos animais, principalmente os mamíferos, da umidade, a ampla quantidade de insetos, anfíbios, répteis, entre outros. Percepção posteriormente estendida aos habitantes do continente, frequentemente descritos como preguiçosos, indolentes ou degenerados (OLIVEIRA, 2011).

Sob essa perspectiva, Aníbal Quijano (2005) argumenta que os europeus passaram a compreender os povos colonizados a partir de classificações hierarquizantes fundamentadas na ideia de raça⁹, concebendo os povos colonizados enquanto “raças inferiores” e “anteriores aos europeus”. Em suas palavras:

(...) a incorporação de tão diversas e heterogêneas histórias culturais, a um mundo dominado pela Europa, significou para esse mundo uma configuração cultural, intelectual, em suma intersubjetiva, equivalente à articulação de todas as formas de controle do trabalho em torno do capital, para estabelecer o capitalismo mundial. Com efeito, todas as experiências, histórias, recursos e produtos culturais terminaram também articulados numa só ordem cultural global em torno da hegemonia europeia ou ocidental (Quijano, 2005, p. 110).

Assim, o autor problematiza a permanência das estruturas de poder produzidas pela colonização europeia, especialmente no que concerne à naturalização das diferenças sociais e culturais mediante a percepção de raça. Tal sistema classificatório hierárquico constituiu um dos pilares do controle das formas de trabalho, das populações indígenas, tornando-se fundamental para a consolidação do capitalismo industrial.

É nesse horizonte epistemológico que se insere a presente investigação, orientada pela seguinte problemática: de que maneira os viajantes estrangeiros imaginaram, representaram e discursivamente construíram o Brasil oitocentista? A partir desse questionamento, buscamos compreender o imaginário construído pelos viajantes acerca da sociedade goiana, especialmente no que se refere às interpretações elaboradas sobre os ritmos e formas de trabalho da população local.

Ao entrarem em contato com dinâmicas sociais distintas daquelas vigentes na Europa, os viajantes interpretaram a realidade goiana a partir de referenciais eurocêntricos, desconsiderando que a concepção temporal predominante em Goiás diferia daquela

destruído simultaneamente o princípio ativo de todos os seus movimentos; ele permanecerá num estúpido repouso sobre suas pernas ou deitado durante dias inteiros” (GERBI, 1996, p. 21).

⁹ De acordo com Quijano, trata-se de: “[...] uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo” (QUIJANO, 2005, p. 227). A raça é, portanto, para Quijano, uma categoria mental própria da modernidade, pois não tem história conhecida antes da América.

consolidada no contexto europeu. Esta última se encontrava fundamentada na lógica do trabalho disciplinado e racionalizado.

Os relatos produzidos por esses viajantes apresentam, em diversos momentos, percepções pejorativas acerca do território goiano e de sua população. Goiás foi descrito como um espaço marcado pelo isolamento, pela precariedade das comunicações, pela ausência de infraestrutura e pela suposta indolência de seus habitantes, representações construídas a partir de referenciais europeus de civilização e progresso. Por esta razão, é necessária uma análise acurada das fontes selecionadas, considerando que Gardner, Pohl e Weddell, perplexos diante da realidade que lhes ofuscava, não perceberam as dinâmicas econômicas, sociais e históricas que estruturavam a realidade goiana oitocentista.

Não obstante, ainda que a literatura de viagem apresente visões frequentemente marcadas por distorções e preconceitos, constituem registros históricos relevantes, uma vez que expressam percepções produzidas pelo olhar exterior do indivíduo que veio e narrou à sua maneira. Assim, cabe ao historiador empreender leitura crítica dessas narrativas, atentando para os “juízos de valor negativos ou positivos” presentes nas fontes (Bertran, 2000, p. 202), bem como para os limites históricos e culturais que condicionaram a percepção dos viajantes acerca da diversidade social e cultural goiana.

Pohl, Gardner e Weddell e suas impressões sobre Goiás

Johann Baptist Emanuel Pohl foi o primeiro cientista a embrenhar-se pelo território goiano, partindo em direção a Goiás, no dia 6 de setembro, passou por Barbacena, São João d’El-Rei, Paracatú, Serra dos Cristais e Meia-ponte e, no dia 10 de dezembro de 1818, chegou à Vila Boa. Logo, permaneceu nessa região até a data de 15 de abril de 1820.

A sua incursão está documentada nas obras *Viagem no Interior do Brasil Empreendida nos Anos de 1817 a 1821*, publicada em dois volumes em Viena, e na obra botânica publicada em 1976, também em dois volumes, intitulada: “*Plantarum Brasiliae icones et descriptiones hactenus ineditae*” traduzida para o português sob o título *Ícones e descrições de plantas do Brasil até agora inéditos* (Franco, 2001, p. 120).

Já George Gardner chegou à capitania em setembro de 1839, percorrendo uma rota distinta daquela realizada pelos demais viajantes estrangeiros. Embrenhou-se pelo Ceará até chegar à região norte de Goiás, e conservou-se na região até maio de 1840. Seus relatos foram publicados na obra *Viagens no Interior do Brasil*, editada originalmente em língua inglesa na década de 1840 e, posteriormente traduzida para o português em 1942, recebendo nova edição

em 1975, cuja tradução: “(...) de excelente qualidade, é do saudoso Milton Amado, recentemente roubado ao nosso convívio” (Ferri, 1975, p. 10).

Quanto à incursão de Hugh Algermon Weddell ao Brasil, ela foi retratada na coletânea de Francis Castelnau intitulada: Um francês nos trópicos Francis de Castelnau: o olhar de um viajante no século XIX, organizada por Maria Elizabeth Chaves de Mello (2015). Entretanto, as passagens sobre Weddell são escassas nos manuscritos, o que nos leva a considerar, hipoteticamente, que parte da documentação, registros e diários oficiais da expedição, tenha se perdido em decorrência do assalto que resultou no assassinato do Visconde d’Osey, ocorrido durante a navegação pelo rio Maranhão.

No que tange aos relatos acerca da sociedade goiana oitocentista, Pohl narrou sobre as más condições dos caminhos, descrevendo-os como “picadas” no meio do mato, abertas conforme a necessidade, tornando-se intransitáveis no período das chuvas. Segundo o viajante, as más condições das estradas dificultavam o comércio entre as regiões, reforçando o isolamento e comprometendo o abastecimento de gêneros alimentícios, , nas áreas mais interioranas. Em determinados momentos, tais dificuldades concorreram para a carência alimentar no norte de Goiás, ocasionando, dessa forma, a morte de animais e pessoas em virtude da escassa colheita.

Acerca da alimentação, Pohl observou que a dieta da população goiana era composta majoritariamente por arroz, feijão, carne seca, galinha (em raras ocasiões), toucinho, peixe seco, farinha, milho, cana-de-açúcar, poucas frutas em conserva, mandioca e alguns legumes. A mandioca, em particular, foi definida pelo viajante como o “pão nacional”. Ainda assim, a disponibilidade desses alimentos variava conforme a região, sendo complementada, em alguns locais, pela produção de aguardente, pela criação de porcos e pela fabricação de carne seca.

Os relatos de Pohl também enfatizam as condições materiais das habitações e dos arraiais goianos. Segundo suas observações, as casas não detinham estrutura sólida e vulneráveis às intempéries; as janelas, por sua vez, eram fabricadas em pau a pique¹⁰. Enquanto as ruas apresentavam calçamento precário, entretanto, bem alinhado. Em passagem pelo Arraial de Pilões, destacou a contradição entre a fertilidade do solo e a situação de miséria da população local, atribuindo tal condição ao abandono do trato do solo e à suposta

¹⁰ “[...] técnica construtiva que consiste no uso de recursos facilmente encontrados na natureza. Entre os estaamentos, faz-se uma trama de ripas ou varas, a qual, posteriormente, é preenchida por barro. O resultado são casas extremamente adaptadas ao clima tropical, que conservam o interior sempre fresco. O trabalho de “enchimento” das paredes muitas vezes é realizado com auxílio da família e de amigos em dias de folga” (Teixeira 2008, p. 47).

indolência dos habitantes. Seus víveres possuíam preços exorbitantes e, na maioria das vezes, escasseavam aos próprios habitantes, que passavam a se alimentar com bananas, abóboras e a “repugnante e putrescente carne-seca” (Pohl, 1976).

Em diversos trechos de sua narrativa, Gardner associou a pobreza e a escassez de alimentos à “ociosidade” e à “indolência” dos habitantes. Observou que determinadas regiões careciam de alimentos básicos, como arroz, feijão, farinha de mandioca, cará, banana, milho e batata-doce. Logo: “[...] os poucos laboriosos tinham de sustentar os demais, porque estes habitualmente furtam as plantações quanto sirva para sustentar sua mísera existência” (Gardner, 1975, p. 157).

A interpretação de Gardner acerca da sociedade goiana revela a influência dos ideais liberais e capitalistas do século XIX, , no que se refere à valorização do trabalho e da propriedade privada. Segundo José Carlos Barreiro (2002), práticas como o furto eram compreendidas pelas elites e pelos viajantes sob a ótica da degeneração moral e da desordem social, negligenciando, entretanto, as condições estruturais de pobreza, desigualdade e exclusão que assinalavam a experiência das populações com poucos recursos.

Além das críticas às condições econômicas, Gardner assim como Pohl, enfatizou a precariedade dos caminhos de Goiás, percorridos majoritariamente por boiadeiros e tropeiros que atravessavam a província. Além disso, destacou que eram pouco utilizados, mal conservados e, conseqüentemente, difíceis de atravessar. Seus relatos apresentam descrições recorrentes da penúria das populações interioranas e da limitada circulação de livros e práticas de instrução formal. Em sua concepção, ainda que o ensino fosse oficialmente gratuito, o número de indivíduos que frequentavam as escolas era reduzido, percepção que reforçava, em sua narrativa, a ideia de atraso cultural da província goiana. Em suas palavras:

[...] aqui, como em todas as outras vilas e aldeias do interior, os mestres são pagos pelo governo e, por conseguinte, é gratuita a educação de todas as classes sociais; apesar disso, espantou-me ver quão pequeno o número dos que se valem dessa oportunidade (Gardner, 1975, p. 168).

O viajante assinala, igualmente, a limitada circulação de práticas de leitura na província, observando que a população, em geral, só dispunha de pequenos livros de reza. No tocante à alimentação, destacou que a escassez de víveres o obrigou a subsistir quase, exclusivamente, de farinha e carne salgada, afirmando que, não fosse a hospitalidade de seu amigo Lagoeira, provavelmente teria padecido à fome.

Consoante a isso, os relatos do viajante Hugh Algermon Weddell, associam o clima tropical, a escravidão e a ausência de instituições educacionais ao suposto atraso da sociedade brasileira. Além disso, assinala que, do ponto de vista cultural, a “falta de educação” das mulheres e a maneira como são excluídas da sociedade eram fatores que seguramente retardavam o desenvolvimento da civilização brasileira. Tais interpretações revelam a permanência de concepções deterministas amplamente difundidas entre intelectuais europeus oitocentistas, segundo as quais fatores climáticos e raciais condicionariam o grau de desenvolvimento das sociedades.

Pohl, por sua vez, relata que caso a população não fosse tão reversa ao trabalho, a produção de alimentos seria, certamente, mais expressiva:

Quanto aos brancos e mulatos livres, por hereditária preguiça, nada os leva a se mexer, a pôr a mão em qualquer trabalho que demande algum esforço. Preferem passar fome. Faltam negros escravos e qualquer serviço só dificilmente pode ser feito [...] São todos muito preguiçosos e consideram uma vergonha ou desonra que um branco ou livre trabalhe, mesmo um pouco. Essa preguiça transmite-se aos próprios portugueses, que as vezes chegam da Europa com o propósito de fazerem fortuna trabalhando. Contagia-os a preguiça geral e em breve trabalham tão pouco quanto os naturais (Pohl, 1976, p. 175 e 263).

Segundo Pohl, a cidade de Goiás possuía uma economia atrelada ao comércio. Além do mais, destacou que o trabalho dos artesãos era de má qualidade, , quando comparado aos referenciais europeus. Assinala, ainda, que ferreiros, carpinteiros e mecânicos utilizavam métodos considerados atrasados e só trabalhavam quando queriam, percepção que o levou a associar a população local à ociosidade: “[...] Entregam-se à ociosidade sem se animarem a trabalhar para melhorar a sua sorte” (Pohl, 1976, p. 334).

Além das críticas dirigidas às práticas de trabalho, o viajante também teceu considerações acerca dos costumes sociais da população goiana. Segundo sua interpretação, a fragilidade dos vínculos matrimoniais e o descumprimento dos preceitos religiosos contribuíam para aquilo que compreendia como uma baixa moralidade social. Tais percepções evidenciam o caráter etnocêntrico de suas análises, fundamentadas em valores morais e civilizatórios europeus.

Os povos indígenas, por sua vez, foram frequentemente representados pelos viajantes estrangeiros a partir de concepções marcadas pelo etnocentrismo e pela lógica civilizatória europeia, sendo descritos, em diversas ocasiões, como violentos, “selvagens” e bestiais. Pohl, ao passar pela Aldeia do Carretão de Pedro III, localizada a aproximadamente vinte e duas

léguas de Vila Boa, elaborou considerações pejorativas acerca dos indígenas Caiapós, afirmando que viviam em “estado selvagem” e que, em períodos de escassez alimentar, consumiam cobras, lagartos e gafanhotos (Pohl, 1976).

Hugh Algernon Weddell, ao descrever sua passagem por Goiás, registrou: “Nosso anfitrião havia se instalado nessa região afastada quando ela era ainda infestada de índios e onças. Pouco a pouco, entretanto, ele conquistou a amizade de uns e destruiu outros. Sua casa resumia-se a um galpão em mal estado” (Castelnau, 1855; Mello, 2015, p. 106). A passagem evidencia a maneira pela qual os povos indígenas eram frequentemente associados, nas narrativas de viagem, à ideia de ameaça, selvageria e obstáculo à ocupação territorial, perspectiva profundamente vinculada aos paradigmas coloniais e civilizatórios europeus.

A população negra também foi representada sob estereótipos marcados pela associação à preguiça, à indolência e à barbárie, tal como nos relata Pohl (1976):

Predomina aqui uma economia singular, especialmente entre negros livres, que não trabalham mais do que o necessário para a satisfação de suas necessidades. Faturam de dia o bastante para gastar à noite com bebidas e mulheres, no máximo para continuar essa vida por mais um dia [...]. Então chega a penúria, e voltam ao trabalho, momentaneamente, para ganhar o suficiente para renovar, com os altos e baixos, essa insensata vida de maus costumes. Dada essa explicação, ninguém se admitirá mais de que não possa existir bem-estar entre essa população (Pohl 1976, p. 162-163).

Além disso, no século XIX, a província de Goiás apresentava um quadro sanitário marcado por contrastes regionais, em razão de sua divisão administrativa entre as Comarcas do Norte e do Sul. A Comarca do Norte, que “[...] integrava os julgados de Vila de São João da Palma (cabeça ou sede), Conceição, Natividade, Porto Imperial, São Félix, de Cavalcante e de Traíras” (Leitão, 2012, p. 80), era frequentemente descrita como a região mais insalubre da província, em virtude da elevada incidência de febres consideradas letais. Já a Comarca do Sul, “[...] compreendia os julgados de Vila Boa (cabeça ou sede), Meia Ponte, Santa Cruz, Santa Luzia, Pilar, Crixás e Desemboque” (Leitão, 2012, p. 80), também era associada a enfermidades recorrentes, especialmente em decorrência da ocupação às margens de rios como o Araguaia e o Paranaíba, cujas águas eram frequentemente infectadas com característica de peste.

Nesse contexto, inúmeros viajantes caracterizaram Goiás como um território marcado pela insalubridade, associando tal condição às características climáticas e geográficas da

região, como o calor intenso durante os períodos de seca¹¹, a elevada umidade nas estações chuvosas e a precariedade das condições sanitárias. Essas interpretações contribuíram para a difusão de imagens negativas acerca das populações interioranas, reforçando representações vinculadas à enfermidade, ao abandono e ao atraso. Tais discursos exerceram influência não só sobre os olhares externos lançados acerca de Goiás, mas também sobre a maneira pela qual a própria região passou a ser historicamente percebida e representada.

Percebemos, deste modo, como os viajantes estrangeiros interpretavam o Brasil e seus habitantes a partir de referenciais atravessados pelo imaginário europeu acerca do “sertão”. O termo era comumente empregado para designar regiões longínquas, pouco conhecidas e associadas à presença de “índios selvagens”, como determinadas áreas do norte goiano. Conforme registra Pohl: “[...] para lá chegar, teríamos que atravessar o sertão. Os raios do sol queimavam nossos corpos como fogo [...] exigindo todas as nossas energias” (Pohl, 1976, p. 182).

Alcântara Machado (1943) denota que o termo “sertão” já figurava nos inventários paulistas dos séculos XVI e XVII como designação de espaços desconhecidos, atraentes e misteriosos, associados ao imaginário do desbravamento e do enriquecimento. Sob essa perspectiva, os viajantes analisados construíram representações de Goiás a partir de parâmetros europeus de civilização e modernidade, concebendo a região como o avesso do processo de modernização¹² experimentado pela Europa oitocentista. Apenas nas últimas décadas do século XIX novos significados foram incorporados ao conceito de sertão, com o propósito de consolidá-lo como uma categoria essencial para a compreensão da nação (Magalhães, 2014).

Ao longo de grande parte de sua história, Goiás foi representado por imagens associadas ao atraso¹³, ao isolamento, à decadência¹⁴, à estagnação, à pobreza e à

¹¹ O clima de Goiás, ressaltado unicamente pelo seu aspecto negativo, no decurso do Oitocentos, foi propagado pelos viajantes e autoridades do período como justificativa política para não agir.

¹² “A elaboração intelectual do processo de modernidade produziu uma perspectiva de conhecimento e um modo de produzir conhecimento que demonstram o caráter do padrão mundial de poder: colonial/moderno, capitalista e eurocentrado. Essa perspectiva e modo concreto de produzir conhecimento se reconhecem como eurocentrismo. Eurocentrismo é, aqui, o nome de uma perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental antes de mediados do século XVII, ainda que algumas de suas raízes são sem dúvida mais (...) antigas, e que nos séculos seguintes se tornou mundialmente hegemônica percorrendo o mesmo fluxo do domínio da Europa burguesa. Sua constituição ocorreu associada à específica secularização burguesa do pensamento europeu e à experiência e às necessidades do padrão mundial de poder capitalista, colonial/moderno, eurocentrado, estabelecido a partir da América” (Quijano, 2005, p. 115).

¹³ Para Nísia Lima (1999, p. 84): “O atraso estava intimamente associado ao isolamento ou, (...) ao abandono a que eram relegadas as populações do interior do Brasil. Esse quadro era responsável pela ausência de qualquer sentimento de identidade nacional”.

¹⁴ Rildo Bento de Souza (2015) salienta que: “O período da *decadência* do ouro atingiu todos os setores: o social, o econômico, o político e o cultural (Palacin, 1972). A história da decadência, enquanto tema

enfermidade. Tais representações foram amplamente difundidas por diferentes narrativas históricas e literárias, sendo posteriormente reforçadas pela historiografia regional (Lima, 1999; Sena, 2003; Vieira, 2012). Os viajantes estrangeiros que percorreram a província encontraram uma sociedade marcada pelo declínio da mineração aurífera e distante dos processos de industrialização e urbanização em curso na Europa. Incapazes de compreender as especificidades históricas, econômicas e culturais da região, interpretaram Goiás sob a ótica da decadência. Conforme assinala Andrade (2010):

Goiás vivia uma economia primária de subsistência, que, aos olhos dos viajantes, era a própria decadência. Insistiam em estabelecer “verdades”, a partir de suas visões deturpadas da realidade goiana. O fato de não compreenderem a realidade local impulsionou-os a emitir julgamentos e opiniões com base em seus olhares etnocêntricos (Andrade, 2010, p. 41).

Desse modo, Leitão (2012) argumenta que a noção de decadência aplicada à economia goiana após o declínio aurífero: “[...] foi forjada pelos primeiros memorialistas que escreveram sobre a região. Silva e Souza, em 1812, e Cunha Matos, em 1824, foram os primeiros a lançarem o estigma da decadência sobre os habitantes dos sertões goianos” (Leitão, 2012, p. 11). Nesse contexto, inserem-se os viajantes estrangeiros, que contribuíram para consolidar e reforçar a associação de Goiás a essa percepção. Entretanto, tal concepção não correspondia à forma como a população local percebia a própria realidade, visto que os habitantes da província não se identificavam com as categorias de atraso, ociosidade e , decadência que lhes eram atribuídas.

De acordo com Sússekkind (1990), os relatos de viagem desempenharam importante papel na: “(...) formação de uma imagem para o país recém-independente” (Sussekkind, 1990, p. 127), contribuindo para a formulação de representações acerca da nacionalidade brasileira.

historiográfico está pautado basicamente em duas fontes, de que se serviram os pesquisadores, a saber, os relatórios dos viajantes estrangeiros que estiveram em Goiás nas primeiras décadas do século XIX e os relatórios dos capitães/presidentes da capitania/província. Essas, por sua vez, ajudaram a cristalizar a ideia de que Goiás, logo após o fim da mineração, viveu um período de trevas; porém, segundo o historiador Wilson Rocha Assis, ao contrário do que a historiografia perpetuou, a decadência da mineração não impediu o “*desenvolvimento social e cultural*”, mas apenas deu “*lugar a culturas e formas de socialização diferentes daquelas conhecidas no auge da produção aurífera ou daquelas características da modernidade capitalista*” (Assis, 2007, p. 20). Não encontrava correspondência na sociedade local, distante ainda dos moldes de produção capitalista, que os europeus ansiavam por ver no sertão de Goiás. A sociedade local não se via indolente, ociosa e muito menos decadente. Apenas orientava-se por outros níveis de preocupações e buscava satisfazer necessidades vitais à sua maneira (Chaul, 1995, p. 229). Os dois autores que ora citamos fazem parte de uma corrente historiográfica revisionista, cujo intuito era rever a forma com que o conceito de decadência foi usado pela historiografia tradicional. A partir das mesmas fontes que serviram para embasar o discurso da decadência, esses autores tinham por objetivo desconstruí-la, ou seja, em Goiás não houve decadência, porque eles não se viam como decadentes, o olhar do europeu não compreendeu a lógica da sociedade goiana no período” (Souza, 2015, p. 85-86).

Contudo, tais narrativas reproduziam frequentemente um “(...) olhar armado, interessado, olhar de instrutor” (Süssekind, 1990, p. 127), profundamente constituído pelos referenciais culturais europeus. A vista disso, parte significativa da construção imagética de Goiás enquanto sertão atrasado e inóspito foi produzida pelas impressões elaboradas por esses viajantes.

Assim, José Carlos Barreiro (2002) assinala que ainda persistem, na literatura de viagem e em determinadas interpretações historiográficas, formas de subordinação simbólica na maneira pela qual os brasileiros são representados. Tais discursos produziram repercussões duradouras na construção das interpretações acerca da sociedade brasileira e de suas identidades regionais. Por essa razão, torna-se imprescindível submeter essas narrativas a uma leitura crítica e problematizadora, evidenciando seus limites históricos, epistemológicos e culturais, bem como os mecanismos de colonialidade presentes na produção desses discursos sobre Goiás e o Brasil oitocentista.

Considerações Finais

A análise das narrativas de viagem produzidas por Pohl, Gardner e Weddell possibilitou compreender de que maneira os viajantes estrangeiros construíram representações acerca da Província de Goiás no século XIX. Inseridos em um contexto marcado pela expansão das expedições científicas, pela consolidação da História Natural e pela hegemonia dos referenciais eurocêtricos de interpretação do mundo, tais viajantes elaboraram descrições orientadas por ideais civilizatórios e científicos vigentes na Europa oitocentista.

Os relatos analisados evidenciam, nesse sentido, que a percepção estrangeira acerca da sociedade goiana esteve condicionada por parâmetros europeus de progresso, racionalidade e trabalho. Tais representações contribuíram para consolidar representações negativas sobre Goiás e seus habitantes, associando a região à ideia de sertão isolado, incivilizado e distante dos modelos europeus de modernidade (Barreiro, 2002).

É necessário, portanto, problematizar o lugar de fala desses autores e os referenciais culturais que orientam suas narrativas, tendo em vista que desconsiderar a conjuntura histórica em que estavam inseridos significa, conforme assinala Corrêa: “(...) cair na armadilha dos julgamentos parciais” (Corrêa, 1997, p. 139). Partindo de uma perspectiva decolonial, compreendemos tais relatos não como descrições neutras da realidade, mas enquanto construções discursivas permeadas por relações de poder, produção de alteridades e pressupostos eurocêtricos vinculados à colonialidade.

Além disso, ainda que marcados por distorções, preconceitos e juízos de valor, os diários de viagem preenchem importantes lacunas acerca da sociedade goiana oitocentista, diante da escassez de outras fontes documentais. Tal como evidencia Miriam Leite, o viajante, em sua condição de estrangeiro, possuía condições de perceber: “(...) aspectos, incoerências e contradições da vida cotidiana” (Leite, 1997, p. 9-10), frequentemente naturalizados pelos próprios habitantes

Além disso, a investigação demonstrou que muitas das imagens construídas pelos viajantes foram posteriormente incorporadas pela própria historiografia regional, contribuindo para a perpetuação de estigmas relacionados ao atraso, à decadência e ao isolamento de Goiás. Tal percepção evidencia a necessidade de revisitar criticamente as fontes, buscando compreender os processos históricos de construção das representações sobre a região.

Por fim, concluímos que os relatos de viagem constituem fontes indispensáveis para a compreensão do Brasil e da sociedade goiana no século XIX. Contudo, sua utilização requer uma abordagem crítica e contextualizada, capaz de considerar as relações entre discurso, poder e representação presentes nessas narrativas. Assim, ao problematizar os olhares estrangeiros lançados sobre Goiás, esta pesquisa busca contribuir para a ampliação dos debates acerca da literatura de viagem, da colonialidade e da construção histórica das identidades e representações sociais no Brasil oitocentista

Referências

- ALMEIDA, Maria Juliana de Freitas. O sertão de Amaro Leite no século XIX. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Goiás - UEG, Anápolis, 2016.
- ANDRADE, Karylleila dos Santos. Atlas toponímico de origem indígena do estado do Tocantins: Atito. Goiânia: Ed. da PUC de Goiás, 2010.
- ASSIS, Wilson Rocha. Estudos de História de Goiás. Goiânia: Editora Vieira, 2007.
- BARREIRO, José Carlos. Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência. São Paulo: UNESP, 2002.
- BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. O Brasil dos viajantes. São Paulo: Metalivros; Salvador: Fundação Emílio Odebrecht, 1994.
- BERTRAN, Paulo. História da terra e do homem do Planalto central: Eco-História do Distrito Federal: do indígena ao colonizador. Brasília: Verano, 2000.
- BORSANI, María Eugenia; QUINTERO, Pablo (orgs.). Los desafíos decoloniales de nuestros días: pensar en colectivo. 1 ed. Neuquén: EDUCO - Universidad Nacional del Comahue, 2014.
- CASTELNAU, Francis. Expedição às regiões centrais da América do Sul. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itatiaia, 1855.

CHAUL, Nars Fayad. Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade. Tese (Doutorado), Pós-Graduação em História. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

CORRÊA, Margarida Maria da Silva. Da Construção do Olhar Europeu Sobre o Novo Mundo ao (Re) Descobrimento do Reino Tropical. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Goiás - UFG, Goiânia, 1997.

COSTA NETO, Antonio Gomes da. A Denúncia de Cesáire ao Pensamento Decolonial. Revista EIXO, Brasília, v. 5, n. 2, julho-dezembro, 2016.

CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho; PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Instructio Perigrinatoris: Algumas questões referentes aos manuais portugueses sobre métodos de observação filosófica e preparação de produtos naturais da segunda metade do século XVIII. In: KURY, Lorelai; GESTEIRA, Heloisa. (Org.). Ensaios de História das Ciências no Brasil: das Luzes à nação independente. 1 ed. Rio de Janeiro: Eduerj, p. 114-133, 2012.

DA MATTA, Roberto. A antropologia no quadro das ciências. In: Relativizando: uma introdução à antropologia social. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

ERICKSON, Robert F. Hugh Algernon Weddell 1819–1877. Disponível em: <http://www.illustratedgarden.org/mobot/rarebooks/author.asp?creator=Weddell,+Hugh+Algeron&creatorID=88>. Acesso em: 15 jul. 2018.

FERRI, Mário. Apresentação. In: GARDNER, George. Viagem ao interior do Brasil: principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841. Tradução: Milton Amado. Apresentação: Mario Guimarães Ferri. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

FONSECA, Janete Flor de Maio. A Viagem e a História: por uma nova aprendizagem. In: Simpósio Nacional de História. Anais do XXV Simpósio Nacional de História - História e Ética. Fortaleza: ANPUH, 2009.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. No novo mundo, o lugar mais próximo do Paraíso. In: PINHEIRO, Liliana. O Olhar dos Viajantes: O Brasil ao natural. São Paulo: Duetto, 2010.

FRANCO, Maria Assunção Ribeiro. Planejamento Ambiental para a cidade sustentável. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2001.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Lembrar escrever esquecer. São Paulo: Ed. 34, 2006.

GARDNER, George. Viagem ao interior do Brasil: principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841. Tradução: Milton Amado. Apresentação: Mario Guimarães Ferri. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

GERBI, Antonello. O Novo Mundo: história de uma polêmica: 1700-1900. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico – O processo de Civilização. São Paulo: Difel, Tomo II, vol. I., 1976.

KURY, Lorelai. Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. História, Ciências, Saúde-Manguinhos. Vol. 8, Suppl. 0, Rio de Janeiro, 2001.

LEITÃO, Tania Maria de Maio. Abastecimento alimentar em Goiás na primeira metade do século XIX. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Goiás - UFG, Goiânia, 2012.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. Livros de Viagem (1803-1900). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

- LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Pouca saúde e muita saúde: sanitarismo, interpretações do país e ciências sociais. In: ARMUS, Diego & HOCHMAN, Gilberto. Cuidar, controlar, curar – ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.
- LIMA, Nísia Trindade. Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan, IUPERJ, UCAM, 1999.
- LISBOA, Karen Macknow. A Nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820). São Paulo: Hucitec, 1997.
- MACHADO, Alcântara Machado. Vida e morte do bandeirante. São Paulo: Martins, 1943.
- MAGALHÃES, Sônia Maria. Males do Sertão: Alimentação, saúde e doenças em Goiás no século XIX. Goiânia: Cânone Editorial, 2014.
- MELLO, Maria Elizabeth Chaves de. Um francês nos trópicos - Francis de Castelnau: o olhar de um viajante no século XIX. 1. ed. Rio de Janeiro: Viveiros de Castro Editora Ltda, 2015.
- MIGNOLO, Walter. Delinking: The rhetoric of modernity, the logic of coloniality and the grammar of de-coloniality. Cultural Studies 21(2-3), p. 449-514, 2007.
- MIGNOLO, Walter. Histórias Locais/Projetos Globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- MINDLIN, José Ephim. Viajantes no Brasil: Viagem em torno de meus livros. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, 1991.
- NOVAIS, Fernando Antônio. Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808). São Paulo: Hucitec, 2001.
- OLIVEIRA, Flávia Preto de Godoy. Epistemologia, Crônicas e Natureza: uma reflexão sobre a chamada Polêmica do Novo Mundo. In: XXVI Simpósio Nacional de História, São Paulo, 2011.
- PAIVA, Melquíades Pinto. Os Naturalistas e O Ceará: II - George Gardner (1812-1849). Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, v. 107, p. 77-95, 1993.
- PALACIN, Luís. Estrutura e conjuntura numa capitania de Minas 1722-1822. Goiânia: Secretaria Estadual de Cultura, 1972.
- PEIXOTO, Afrânio. Clima e saúde. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.
- POHL, Johann Emanuel. Viagem no interior do Brasil: empreendida nos anos de 1817 a 1821. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1976.
- PRATT, Mary Louise. Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação. Tradução de Jézio Hernani Bonfim Gutierrez. Bauru: EDUSC, p. 23-38, 1999.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005.
- RAMINELLI, Ronald. Ciência e colonização - Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. Revista Tempo, n.6, p.157-182, 1998.
- RINALDI, Lucinéa. Cronistas de viagem e viajantes cronistas: o pêndulo da representação no Brasil Colonial. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2007.
- ROCHA, Everardo. O que é etnocentrismo. 11 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SABEH, Luiz Antonio. Colonização Salvífica: os Jesuítas e a coroa portuguesa na construção do Brasil (1549-1580). Dissertação (Mestrado), Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Curitiba, 2009.

SALGUEIRO, Wilberth Claython Ferreira. O que é literatura de testemunho (e considerações em torno de Graciliano Ramos, Alex Polari e André Du Rap). Revista Matraca, Rio de Janeiro, v. 19, p. 284-303, 2012.

SENA, Custódia Selma. Interpretações Dualistas do Brasil. Goiânia: Editora UFG, 2003.

SOUZA, Rildo Bento de. A História não perdoa os fracos: o processo de construção mítica de Pedro Ludovico Teixeira. Tese (Doutorado), Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Goiás - UFG, Faculdade de História (FH), Goiânia, 2015.

SUSSEKIND, Flora. O Brasil não é longe daqui – o narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TEIXEIRA, Claudia Mudado. Arquitetura vernacular. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, v. 15, n. 17, 2º sem., 2008.

VIEIRA, Tamara Rangel. Médicos do sertão: pesquisa clínica, patologias regionais e institucionalização da medicina em Goiás (1947-1960). Tese (Doutorado), Pós-Graduação em História das Ciências. Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2012.

WALSH, Catherine. Interculturalidade, crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera Maria (Org.). Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: Letras, 2009.